



NARRATIVAS SOBRE A DOCÊNCIA EM MATEMÁTICA EM CULTURAS ESCOLARES DO CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO NA LECAMPO/UFMG

Filipe Santos Fernandes

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – fernandesfs@ufmg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2964-3582>

Mateus Rodrigues Rocha

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – mateusrrocha@ufmg.br

 <https://orcid.org/0009-0002-5863-0593>

GD3 – Ensino de matemática na formação de professores(as) indígenas, quilombolas, do campo e demais povos e comunidades tradicionais

Resumo: Nesta comunicação, apresentamos um projeto que teve como objetivo construir, registrar e analisar memórias da docência em territórios camponeses de Minas Gerais. Metodologicamente, mobilizamos pressupostos e procedimentos da História Oral para a produção de narrativas com professores/as de escolas do campo e, também, como abordagem didático-pedagógica que envolveu, em um sentido formativo, estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (Lecampo) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em todas as etapas da pesquisa. Discutimos, a partir das narrativas de duas professoras que atuaram em escolas do campo, desafios históricos relacionados ao acesso à educação, à formação docente e às tensões entre referências camponesas e urbanas no ensino de Matemática. Defendemos, aqui, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo como espaços capazes de reeducar a formação docente em Matemática, afirmando uma docência que não se afasta com os territórios nos quais a educação escolar se realiza. Este trabalho foi desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Matemática. Formação de Professores. História Oral. Licenciatura em Educação do Campo.

1 Introdução

As Licenciaturas em Matemática têm sido historicamente estruturadas, no Brasil, a partir de um modelo disciplinar que toma a Matemática como “fim em si mesmo” da formação docente, conferindo espaço pouco expressivo a discussões sobre as realidades sociais, culturais e políticas nas quais se inscrevem a escola. Nesse modelo, o conhecimento matemático é usualmente organizado em torno de campos clássicos e progressivamente especializados da Matemática – como Cálculo, Álgebra, Análise, Teoria dos Números etc. –, consolidando uma racionalidade formativa que tende a privilegiar a apropriação de linguagens, conceitos e procedimentos formais em detrimento de sua articulação com demandas da docência na Educação Básica ou com os territórios nos quais essa docência se realiza.

Contudo, esse não é único modo de formar professores e professoras de Matemática em nosso país. Além das experiências formativas que, mesmo no interior das tradicionais Licenciaturas em Matemática, se colocam em resistência a tal racionalidade, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo têm se mostrado como potentes espaços para *reeducar a formação docente em Matemática*.

As Licenciaturas em Educação do Campo surgem, no Brasil, como resultado da luta de ações coletivas e movimentos sociais por uma educação específica, diferenciada e alternativa para as populações do campo. Instituídas no conjunto de políticas públicas voltadas à democratização do Ensino Superior, essas licenciaturas respondem à necessidade de formar professores e professoras que, atuando prioritariamente em escolas do campo, tenham como referência política, epistemológica e pedagógica construção de uma docência comprometida com os territórios camponeses e com os projetos de escola, campo e sociedade postos em movimento pela Educação do Campo.

Nesta comunicação, apresentamos considerações sobre um projeto desenvolvido pelo grupo Educação do Campo do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que teve como objetivo construir, registrar e analisar memórias da docência em territórios camponeses do estado de Minas Gerais.

A História Oral, metodologia adotada pelo projeto, se constitui como um espaço de produção de narrativas que, centrado na escuta, na interpretação e na responsabilidade, compõem cenários, enredos, tempos e personagens sobre processos educacionais. A História Oral nasce de uma confluência entre o contar e o viver, de um encontro entre entrevistador/a e entrevistado/a no qual a entrevista se configura como momento relacional de trajetórias, temporalidades e posições. Assim, as narrativas produzidas não são uma prerrogativa do

entrevistado, mas resultado de uma *performance dialógica* situada no encontro de diferentes olhares e visões sobre o mundo – *entre/vistas* (Anato; Hermeto, 2022). É desse encontro que se tornam possíveis narrativas que, mesmo situadas em uma vivência singular, ampliam sentidos sobre a educação em áreas camponesas, permitindo:

[...] dar visibilidade às vozes de professoras e de professores de regiões rurais do estado de Minas Gerais para, junto a tais vozes, produzir narrativas com sujeitos, práticas, ideários e discursos que compõem a educação do campo. Mais do que a narrativa em si, interessa-nos pensar como a composição de memórias, linguagens, subjetividades e materialidades de diferentes professoras e professores nos ajuda a contar histórias sobre discursos e processos educacionais que se dão em contextos rurais e como tal composição se torna, em nós, formativa (Fernandes, 2025, p. 4).

Paralelamente, a História Oral foi mobilizada como abordagem didático-pedagógica no processo formativo dos/as licenciandos/as. A participação dos/as estudantes em todas as etapas da pesquisa – desde a elaboração dos roteiros até a produção das textualizações – possibilitou a vivência de um processo investigativo preocupado em integrar a formação docente aos territórios nos quais essa docência se realiza.

O projeto permitiu que os/as estudantes provocassem suas próprias trajetórias no encontro com trajetórias de professores/as que atuaram/atuem em seus territórios em *outros tempos de escola*. Nesse sentido, a História Oral operou como dispositivo formativo, permitindo “um caminho de inscrição do percurso pessoal e profissional dos licenciandos na história, trazendo aportes para o desenvolvimento da compreensão crítica, no que tange à atuação desses futuros professores” (Tizzo; Flugge; Silva, 2015, p. 906). A escuta dessas experiências docentes mobilizou identificações e estranhamentos que movimentavam os modos pelos quais os/as licenciandos/as compreendiam e projetavam a sua própria docência, especialmente no que se refere ao ensino de Matemática em escolas do campo.

Destacamos, na próxima seção, compreensões sobre a docência em matemática a partir das narrativas de Dona Geralda e de Maria Odete¹, decorrentes das entrevistas conduzidas pelas estudantes Vanderleia e Vitória, ambas do PET Educação do Campo. Ainda que em breves recortes sobre o ensino de matemática, as histórias aqui mobilizadas reverberam em quem as escuta, convocando outras narrativas tecidas a partir do que nos afeta, nos interpela ou nos desestabiliza acerca do ser professor e, em particular, do ser professor de Matemática em contextos camponeses.

¹ O projeto que dá origem às narrativas dessas colaboradoras se insere em um projeto maior aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. O uso dos nomes próprios foi autorizado pelas entrevistadas.

2 Narrativas sobre a docência em Matemática em culturas escolares do campo²

O conceito de *cultura escolar* tem se mostrado fecundo para interrogar, no contexto brasileiro, os processos de constituição de uma sociedade escolarizada e seus efeitos nos territórios camponeses (Fernandes; Santos, 2026). Ao assumirmos as culturas escolares do campo como objeto de investigação no âmbito da História da Educação Matemática, torna-se possível reconhecer e dar visibilidade às práticas que singularizam as culturas escolares do campo, inscritas em seus cotidianos, repertórios coletivos e comunitários, bem como em suas estratégias de apropriação e resistência. Interessa-nos compreender como a matemática circula nos cotidianos escolares camponeses entre normas e práticas, prescrições e apropriações, conformações e resistências, dando forma a processos plurais de escolarização. É nessa direção que nos colocamos a ler as narrativas de Dona Geralda e de Maria Odete nos convidam a esse movimento de leitura.

Dona Geralda, por exemplo, revela preocupações sobre como articular suas práticas pedagógicas com posturas e conceitos considerados necessários para a inserção dos/as estudantes em uma sociedade de ritos e ritmos urbanos. Sua atuação em uma escola do campo explicita o desafio de trabalhar o sistema monetário em um contexto em que os/as estudantes não tinham familiaridade com dinheiro ou com práticas comerciais. *“No início, eles não tinham familiaridade com dinheiro, não tinham uma loja, não tinham um supermercado. Eu, particularmente, levava dinheiro de mentira, criava uma lojinha fictícia: pegava embalagens, colocava preços nelas, organizava em uma mesa, colocava um caixa na porta para a caixa registradora”*.

Dona Geralda, ao mesmo tempo em que reconhece as potencialidades do campo para a construção da educação escolar, se vê diante da necessidade de preparar os estudantes para uma lógica educacional orientada pelo urbano. Em suas palavras, *“se usarmos apenas coisas do campo quando forem fazer o vestibular, não cairão apenas esses assuntos, mas também assuntos da cidade. Por isso, acho que não podemos focar apenas no campo”*. A professora reconhece que a estrutura educacional é pensada e condicionada por uma lógica urbana, podendo a centralidade ao rural nas práticas de ensino causar prejuízos à vida pregressa dos/as estudantes. Tal situação evidencia como o currículo escolar pode reproduzir desigualdades ao tomar como referência experiências urbanas, desconsiderando especificidades dos territórios rurais.

² Apresentamos, aqui, uma síntese de compreensões presentes em Fernandes (2025).

Outra dimensão presente nas narrativas diz respeito ao acesso à educação e à formação docente nos territórios camponeses. A narrativa de Maria Odete evidencia trajetórias marcadas por precariedade, improvisação e ausência de políticas públicas efetivas. Sua experiência com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) ilustra limitações de programas educacionais que, embora ampliem o acesso, não garantem certificação ou continuidade formativa. Como lemos no relato a seguir, sua atuação como professora sem formação específica revela a carência de profissionais qualificados no campo: *“Depois de um tempo um pessoal de Minas Novas [município mineiro] se mudou para cá; eles sabiam ler e escrever e colocaram um antigo MOBRAL aqui à noite que eu frequentei alguns dias. Lá tinham dois irmãos: a mulher ia dar essas aulas e o irmão ia junto, e eu percebi que ele conhecia muito de matemática, sabia fazer básico do primeiro ao quinto ano, que é multiplicar, dividir, subtrair e somar. Eu não saí de perto dele e ele me ensinou todas as multiplicações, divisão de 2 números e de 3, multiplicação de 2 números. Então eu fiquei sabendo tudo isso, e sabia ler e escrever. Mas esses irmãos também só eram rebatizados, não podiam me dar um diploma”*.

Em conjunto, esses relatos indicam que, historicamente, a educação escolar no campo foi marcada por negligência estatal, sendo frequentemente sustentada por iniciativas comunitárias. Embora tais iniciativas revelem formas de resistência e solidariedade, não substituem a necessidade de políticas públicas estruturadas, como o fortalecimento das escolas do campo e a consolidação das Licenciaturas em Educação do Campo.

Importa destacar que, neste estudo, a matemática aparece menos como conteúdo disciplinar e mais como dispositivo analítico que permite evidenciar desigualdades. As memórias sobre o ensino de matemática tornam-se, assim, um meio para problematizar, na formação de professores/as, relações de poder que estruturam a educação brasileira, especialmente no que se refere às relações campo-cidade.

3 Considerações finais

Com essas breves considerações, buscamos evidenciar que a docência em Matemática em contextos da Educação do Campo não pode ser compreendida a partir de modelos formativos universais e descolados das realidades socioterritoriais. As narrativas do projeto desenvolvido pelo PET Educação do Campo, da UFMG, revelam que ensinar Matemática em escolas do campo implica confrontar tensões históricas entre projetos de escolarização orientados por uma lógica urbanocêntrica e as trajetórias, saberes e modos de vida camponeses.

Ao mesmo tempo, o uso da História Oral como metodologia e como abordagem didático-pedagógica permitiu cultivar a escuta, o diálogo, o encontro e a experiência como dimensões constitutivas da formação docente, contribuindo para a compreensão de memórias, linguagens, subjetividades e materialidades que compõem as culturas escolares do campo.

Nesse horizonte, o texto procura afirmar as Licenciaturas em Educação do Campo como espaços de reposicionamento da formação e da docência em Matemática, colocando-as na direção de projetos de escola, de campo e de sociedade que visem à superação das históricas desigualdades simbólicas e materiais que marcam os territórios camponeses de nosso país.

Referências

AMATO, Gabriel; HERMETO, Miriam. Entre a História, as estórias e os gestos: performance narrativa em entrevistas de história oral. In: ROVAI, Marta; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa*. Teresina: Editora Cancioneiro, 2022. p. 165-194.

FERNANDES, Filipe Santos; SANTOS, Sérgio Geraldo dos. Culturas Escolares do Campo e História da Educação Matemática: articulações e exercícios de pesquisa. *Revista de História da Educação Matemática*, 2026 (no prelo).

FERNANDES, Filipe Santos. A docência em Matemática entre vozes rurais: memórias da formação e da atuação de professoras em escolas do campo. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Educação Matemática*. Manaus, 2025, p. 1-10.

TIZZO, Vinícius Sanches; FLUGGE, Flávia Cristina Gomes; SILVA, Heloisa da. Práticas possíveis com a História Oral na formação inicial de professores (de matemática). *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 29, n. 53, p. 887-908, dez. 2015.